

Diálogo setorial da Susep discute baixa adesão ao seguro e urgência de educação financeira



Ao abrir a primeira edição do evento “Diálogo setorial: desafios e inovação na educação securitária e previdenciária”, nesta terça-feira (05/08), no Rio, o superintendente da Susep, Alessandro Octaviani, convidou os participantes a “realizar diagnósticos para caminhos institucionais que, nos médio e longo prazos, possam incluir o planejamento securitário no radar das pessoas. Para ele, tais contribuições do mercado serão vitais para alterar a cultura financeira e, em consequência, a estrutura econômica do país.

Olhando os dados do mercado, lembrou ele, há realidades distintas. Examinando as provisões técnicas do mercado em proporção ao PIB, os números são grandiosos e eloquentes. Mas, olhando o consumo per capita, constata-se baixa adesão dos consumidores. Como exemplo, ele citou o caso das chuvas do Rio Grande do Sul em 2024, com perdas econômicas acima de R\$ 100 bilhões, mas apenas R\$ 6 bilhões cobertos pelo seguro. “Nós falamos em quinze, dezessete, quase vinte por cento de provisões técnicas referentes ao PIB. Enfim, são sempre números de crescimento muito valiosos. Na outra ponta, quando nós viramos a chave, nós temos baixa penetração do seguro. Quando a chuva cai, como no caso do Rio Grande do Sul, nós tivemos mais de 100 bilhões de perdas econômicas, dos quais apenas seis bilhões foram fornecidos de indenização pelo nosso mercado, ou seja, um gap muito grande.

Ainda assim, assinalou, “longe de ver o copo vazio, nós estamos vendo, na verdade, o copo cheio. Trata-se de um mercado repleto de oportunidades. Mas para que essas oportunidades virem realidade, nós, de fato, temos que investir em educação financeira. Ou seja, educação financeira, previdenciária, securitária, de capitalização, de todos os nossos vários produtos aqui.”

Com um tom unânime de urgência e colaboração, os palestrantes ressaltaram a importância de uma mudança cultural e estratégica para o desenvolvimento econômico e social.

Aírton Filho, diretor da Susep, aprofundou as iniciativas e o papel da autarquia na presidência do FBEF (Fórum Brasileiro de Educação Financeira) para o biênio 2024-2026. Ele explicou que o diálogo setorial permanente surge da necessidade de ir além da Semana Nacional de Educação Financeira (Senef), promovendo discussões contínuas. Aírton destacou a ampliação do conceito de educação financeira pelo FNEF, passando a incluir educação securitária, previdenciária, tributária e fiscal. Apresentou dados da Semana ENEF 2025, com 140 entidades e 806 iniciativas cadastradas, e a novidade da inclusão da capitalização nas métricas de 2026.

Mencionou a coleta inédita de dados da Susep junto às entidades supervisionadas sobre suas ações

em educação financeira e ressaltou dois grandes projetos: o acordo "Na Ponta do Lápis" com o MEC, que visa a educação financeira nas escolas públicas federais de primeiro grau, e o "Educação Financeira na Escola", uma colaboração com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Ministério da Previdência, INSS, Previ e Sebrae, focado na formação de professores.

No primeiro painel ("Caminhos para uma sociedade mais segura e consciente"), o executivo André Nunes, diretor de Assuntos Corporativos e Relações Sindicais da CNseg, apresentou uma perspectiva prática e cultural para a educação financeira, comparando-a à sabedoria popular. Ele destacou que a educação formal muitas vezes se move mais lentamente que o mundo, necessitando de uma abordagem mais ágil e acessível. Citando ditados populares de sua avó, Nunes ilustrou princípios cruciais:

- "É de pequenino que se torce o pepino" - sobre a importância de iniciar a educação financeira o mais cedo possível, alcançando as crianças para construir um futuro mais consciente.
- "Caixão não tem gaveta" - a vida é repleta de escolhas entre presente e futuro, consumo e poupança. A educação financeira capacita os indivíduos a fazerem decisões cotidianas mais informadas e estratégicas.
- "Seguro morreu de velho": A necessidade de diferenciar entre eventos previsíveis (que se resolvem com prevenção) e imprevisíveis (que exigem proteção, como o seguro), integrando a gestão de riscos à educação.
- "Dinheiro não leva desaforo para casa": a importância do planejamento e do bom cuidado com o dinheiro para que ele produza frutos, reforçando a necessidade de uma educação específica para a gestão de recursos.

Também participaram do primeiro painel o diretor executivo da Fenseg, Danilo Silveira, a presidente da Fenaber, Rafaela Barreda, e o presidente da FenaCap, Denis Moraes.

Danilo Silveira elogiou a iniciativa da Susep, ao assinalar a importância da educação securitária, um tema estratégico para a evolução do setor. A seu ver, o desconhecimento sobre seguros impõe um custo alto à sociedade, tanto para famílias quanto para pequenos negócios, que muitas vezes ficam expostos por falta de informação e acesso. "A educação no setor não trata apenas de formação técnica, mas de conscientização sobre prevenção, gestão de riscos e uso inteligente das soluções já disponíveis", afirmou ele. Acrescentou que a FenSeg tem atuado com foco na ampliação dessa cultura de proteção, promovendo o conhecimento sobre seguros como ferramenta de resiliência econômica e social. "Seguimos confiantes de que, com educação e informação, o seguro pode se consolidar como um hábito cultural no Brasil, e eventos como este são fundamentais para acelerar esse processo", finalizou.

A presidente da Fenaber, Rafaela Barreda, enfatizou a necessidade de promover uma "mudança de cultura", especialmente em um contexto social que busca soluções imediatistas. Para Rafaela, a educação financeira é fundamental para que indivíduos alcancem seus objetivos, evitem o endividamento e compreendam a importância da proteção e da avaliação de riscos em toda a cadeia do setor. A conscientização deve tocar em "pontos sensíveis" como família e futuro, promovendo um planejamento que beneficie não apenas o indivíduo, mas também seus entes queridos.

Sobre a Capitalização, Denis Moraes destacou o papel estratégico do produto como porta de entrada para uma relação mais estruturada com temas financeiros.

"Temos visto um número crescente de jovens iniciando sua jornada com a Capitalização, e dali avançando para produtos como previdência e seguros. Quando trabalhamos com responsabilidade, conseguimos atrair, educar e fidelizar, promovendo inclusão e amadurecimento financeiro", completou.

Por fim, o evento reafirmou o compromisso do setor regulador e das entidades do mercado em avançar na pauta da educação financeira, securitária e previdenciária, com o objetivo de empoderar os cidadãos brasileiros a construir um futuro financeiramente mais seguro e consciente.

As colaborações entre órgãos governamentais e a iniciativa privada são vistas como pilares para a concretização desse ambicioso projeto nacional.

Conjuntura CNseg: setor segurador paga mais de R\$ 100 bilhões de indenizações em 5 meses

Nos cinco primeiros meses de 2025, o setor segurador (excluído Saúde) já pagou R\$ 110,9 bilhões aos consumidores e empresas em forma de indenizações, resgates, benefícios e sorteios, informa a [Conjuntura CNseg nº 122](#). A marca dos R\$ 100 bilhões foi atingida com um mês de antecedência em relação ao ano passado. O volume representa um crescimento expressivo de 11,5% sobre 2024 e reforça o papel do setor como agente de proteção financeira, patrimonial e da vida. Os dados são da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg).

Somente em maio, foram pagos R\$ 22,2 bilhões, o maior valor mensal deste ano. Ainda assim, houve recuo de 2,2% frente ao mesmo mês de 2024, que havia registrado o segundo maior valor nominal de toda série histórica (R\$ 22,7 bilhões) por conta do início dos pagamentos das indenizações referentes às fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul entre abril e maio do ano passado.

No lado da arrecadação, o setor somou R\$ 176 bilhões em prêmios de seguros, contribuições à previdência aberta e faturamento com títulos de capitalização no acumulado de 2025, alta de 0,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O forte avanço nos pagamentos e o arrefecimento na arrecadação ainda são explicados, sobretudo, pelo desempenho dos planos de Previdência Aberta, que respondem por cerca de 40% da demanda total do setor (sem Saúde). Nos cinco primeiros meses deste ano, esses planos arrecadaram R\$ 72,6 bilhões, queda de 8,4%, ao passo que os pagamentos de resgates e benefícios saltaram 19,1%, alcançando R\$ 63,5 bilhões.

Esse movimento conjunto, de acordo com o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, resultou em uma retração de quase R\$ 17 bilhões (-64,9%) na captação líquida do segmento no ano, “refletindo uma postura mais cautelosa dos consumidores diante de um cenário econômico global ainda incerto e a anúncio do início da incidência do IOF de 5% sobre aportes acima de R\$ 300 mil, no restante desse ano, em uma mesma entidade”.

Mesmo com essas adversidades, os demais segmentos mantêm expansão em 2025. Os seguros de Danos e Responsabilidades cresceram 7,8% no período, com R\$ 56,7 bilhões arrecadados. Os Seguros de Pessoas avançaram 8,6%, com R\$ 31,5 bilhões em prêmios, enquanto os títulos de Capitalização totalizaram quase R\$ 14 bilhões até maio, alta de 11,5% sobre o ano anterior.

[Confira aqui](#) a publicação na íntegra.

CNseg participa de debate sobre IA na Câmara dos Deputados

A Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) participou de uma audiência pública sobre a estrutura de governança para ações de Inteligência Artificial (IA), realizada pela comissão especial da Câmara dos Deputados sobre IA nesta quarta-feira (6).

A comissão foi criada para debater o Projeto de Lei 2338/23, já aprovado pelo Senado, que regulamenta o uso da inteligência artificial no Brasil. Segundo os parlamentares, o objetivo do encontro foi ouvir os representantes do setor produtivo, especialistas e órgãos públicos sobre os desafios e impactos da regulamentação da inteligência artificial no Brasil.

O debate focou na discussão do equilíbrio entre segurança regulatória e estímulo à inovação. Para o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da proposta, há preocupação de que exigências excessivas da legislação possam desestimular o empreendedorismo, sendo, dessa forma, importante avaliar os impactos no setor produtivo, sem conflito com órgãos reguladores, antes da

aplicação de um regime jurídico definitivo.

“A IA não é o futuro; ela já acontece em nossas vidas, passando por várias áreas que vão do financeiro à saúde. A humanidade passa para um novo capítulo da história, com a IA incluída. E a governança do tema deve ser discutida com mais profundidade para escolher o melhor caminho”, ressaltou.

A diretora jurídica da CNseg, Glauce Carvalhal, apresentou um panorama sobre o setor segurador e destacou pontos de aperfeiçoamento do texto do PL já em análise.

“Em relação à IA, registro que, de fato, o Projeto de Lei já está muito maduro. O que vamos contribuir é pontual e se relaciona diretamente com a necessidade que o mercado segurador tem de proteger pessoas e o patrimônio da sociedade brasileira”, destacou.

Ela aproveitou o debate para ressaltar a dimensão do mercado segurador em relação à inovação, que tem uma estimativa de investimento que ultrapassou R\$ 20 bilhões no ano passado.

Além da CNseg e de parlamentares, também participaram da audiência pública representantes da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Banco Central, Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS) e Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

IA no setor segurador

Durante a apresentação, a diretora da CNseg destacou que a inteligência artificial vem se consolidando como uma das principais aliadas da transformação do setor. Ela apontou alguns campos em que a IA vem sendo utilizada, como:

- Otimização da aceitação de contratos, ampliando o tempo de subscrição de riscos;
- Emissão de apólices mais rápidas;
- Atendimento ao cliente – chatbot;
- Regulação de sinistros para um pagamento mais ágil;
- Prevenção a fraudes;
- Produtos personalizados para os clientes;
- Implementação internacional na modelagem de riscos, no contexto das catástrofes naturais.

[Confira aqui](#) a participação da diretora Jurídica da CNseg na audiência pública.

Fonte: [CNseg, em 08.08.2025](#)